

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO
UNI-RIO

A ESCOLA COMO ESPAÇO INCLUSIVO

Por MARCELA ROIZ SALDANHA

Rio de Janeiro
2003

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO
UNI-RIO

A ESCOLA COMO ESPAÇO INCLUSIVO

Por Marcela Roiz Saldanha
Orientador: Maria Ângela Monteiro Corrêa

**Monografia apresentada à Escola de
Educação da Universidade do Rio de
Janeiro como requisito para
aprovação na disciplina Monografia II.**

Rio de Janeiro
2003

À minha família que me acompanhou e me acompanha em todos os momentos da minha vida.

À minha afilhada Eduarda que com sua chegada faz a minha vida mais bonita e alegre.

Agradecimento

À professora Maria Ângela pela paciência e boa vontade para comigo na orientação desse trabalho e, principalmente, por ter despertado em mim (mesmo que não intencionalmente) a paixão pela Educação Especial.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1 – COMO A ESCOLA INCLUI	8
1.1 – O QUE É INCLUSÃO?	8
1.2 – O ALUNO E A INCLUSÃO	12
1.3 – A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES	14
CAPÍTULO 2 – FAMÍLIA E SOCIEDADE SOB O PRISMA DA INCLUSÃO	21
2.1 – A FAMÍLIA E A CRIANÇA COM NECESSIDADES ESPECIAIS	21
2.2 – A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA	26
CAPÍTULO 3 – A ESCOLA INCLUSIVA – UM CAMINHO A PERCORRER	29
3.1. - A ESCOLA ANTES DA INCLUSÃO	29
3.2. – LEGISLAÇÃO.....	33
3.3 – A ESCOLA DEPOIS DA INCLUSÃO.....	36
CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva hoje no Brasil é um assunto que faz parte do discurso “politicamente correto” que muitos defendem mas poucos concretizam.

Nosso sistema escolar ainda é muito conservador e nossas escolas pouco se abrem às mudanças. Desde a nossa construção como nação, as escolas no Brasil nunca foram para todos, a educação era um privilégio de poucos. Mudar esse quadro, que embora tenha evoluído, não é uma tarefa fácil.

Neste contexto, surge a inclusão com a proposta de uma escola para todos, não havendo lugar para preconceitos e segregações, assumindo um compromisso com todas as minorias (raciais, sociais) e não apenas com as pessoas com necessidades especiais.

Muito embora os direitos de todos os cidadãos tenham sido conquistados e proclamados em leis, congressos e instituições internacionais, o fato é que em geral, eles não são postos em prática.

Este trabalho parte da constatação de que a inclusão da criança com necessidades educacionais especiais em estabelecimentos regulares de ensino, ainda reflete o processo de segregação do aluno diferente, evidenciando a discrepância entre a idealização e a efetiva mudança de consciência e de paradigma da sociedade.

Com este estudo pretende-se conhecer teoricamente o processo que a escola utiliza para incluir seus alunos com necessidades especiais, entender como a família e a sociedade tratam a inclusão e descobrir a escola inclusiva como um caminho a percorrer.

A importância deste tema está em conhecer como se dá a inclusão e identificar o processo pelo qual a própria escola se adapta e se transforma para poder incluir em suas classes regulares crianças com necessidades especiais.

Justifica-se estudar o assunto porque sabe-se que cerca de 10% da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência. Torna-se portanto imprescindível, que nossas escolas estejam preparadas para lidar com as diferenças pois, de uma forma ou de outra, sempre poderá receber um aluno com alguma necessidade especial.

Muitas são as indagações a esse respeito; será que as nossas escolas estão preparadas para receber os alunos com necessidades especiais? Será que os professores receberam formação adequada para trabalhar com esses alunos? Como a família recebe uma criança especial?

A pesquisa bibliográfica foi a metodologia utilizada para buscar respostas, à luz dos teóricos, para as inquietações que o tema desperta.

Os autores que deram suporte teórico para desenvolver o tema central desta monografia – a escola como espaço inclusivo, foram escolhidos pela importância de seus trabalhos, bem como por suas contribuições sobre o assunto.

No primeiro capítulo, será feita a análise de como se dá a inclusão na escola através das investigações sobre o conceito, a relação com o aluno e a formação dos professores.

No segundo capítulo, serão enfocadas as relações da família e a criança com necessidades especiais, assim como a relação da família com a escola.

No terceiro capítulo, a escola será analisada antes e depois da inclusão, não deixando de focar as principais leis que a legitimam.

CAPÍTULO 1

COMO A ESCOLA INCLUI

1.1 O QUE É INCLUSÃO?

Nos dias atuais, muitas vezes nos encontramos envolvidos em discussões que giram em torno do tema “educação de qualidade para todos”. Discutir esse assunto implica em debater também a inclusão. Este é o novo paradigma educativo. Ele propõe que todas as pessoas com necessidades educacionais especiais sejam matriculadas na escola regular, baseando-se no princípio de educação para todos que, nas palavras de Karagiannis et al (1999), tem vários benefícios:

Educando todos os alunos juntos, as pessoas com deficiências têm oportunidade de preparar-se para a vida na comunidade, os professores melhoram suas habilidades profissionais e a sociedade toma a decisão consciente de funcionar de acordo com o valor social da igualdade para todas as pessoas, com os conseqüentes resultados de melhoria da paz social (p.21).

Segundo Forest e Pearpoint (1997), o enfoque é outro:

Inclusão não quer absolutamente dizer que somos todos iguais. Inclusão celebra, sim, nossa diversidade e diferenças com respeito e gratidão. Quanto maior a nossa diversidade, mais rica a nossa capacidade de criar novas formas de ver o mundo. Inclusão é um antídoto para o racismo e o sexismo, pois acolhe estas diferenças e as celebra como capacidades mais do que como deficiências. Inclusão é uma farsa quando se refere apenas a “brancos, brilhantes e classe média”. Inclusão significa todos-juntos-dando apoio e suporte uns aos outros (p.138).

O movimento de inclusão, não pode ser resumido a simples inserção física de pessoas com deficiência junto com as demais, em um mesmo espaço escolar. Trata-se, dessa forma, de uma idéia falsa de escola democrática onde não basta apenas matricular a criança. A escola tem que oferecer um trabalho pedagógico para elas.

A educação inclusiva necessita de um suporte especial para que o processo de aprendizagem ocorra de fato. A escola será tanto mais democrática à medida que acolher, educar e ensinar a todos, ao mesmo tempo que respeita as diferenças individuais.

Historicamente o movimento referente à inclusão no Brasil surgiu, segundo Masini (1999),

... de diferentes influências, entre as quais pode-se citar: a de países europeus na luta contra a exclusão de pessoas deficientes, que ficavam isoladas em instituições especializadas por ser a educação de caráter acentuadamente segregacionista; a liga internacional pela inclusão do deficiente mental, hoje conhecida como Inclusion Internacional, que teve origem na Bélgica, estendendo-se pela Europa, África, Indonésia, Índia, Austrália, Hong Kong e Américas; a Conferência Internacional realizada em Salamanca, em 1994, sobre "educação para todos", na qual ficou decidida a inclusão de crianças portadoras de deficiências em escolas comuns (p.52).

A inclusão implica uma mudança drástica dos sistemas de ensino e da sociedade. Essas mudanças trazem implícitas a quebra de preconceitos que originam barreiras cristalizadas em torno de grandes estigmas. Estigmas esses, construídos socialmente ao longo de séculos. No passado não muito distante, a sociedade impunha constantes obstáculos à integração das pessoas deficientes. Essas pessoas normalmente eram excluídas da sociedade e sempre estiveram envolvidas numa atmosfera de receios, medos, superstições e discriminações.

Há algum tempo atrás, quando os deficientes iam às escolas, elas eram escolas especiais ou na melhor hipótese, frequentavam escolas regulares mas em "classes especiais".

O movimento em prol da inclusão ganhou ímpeto no início da década de 1990. Até então, as chamadas "classes especiais" ocupavam-se da "educação" das pessoas com deficiências. Classes essas que de "especiais" não tinham nada, pois adotavam a política da segregação, da separação, da exclusão, eram classes anti-humanas na medida em que ser diferente era considerado um fator de impedimento para que o aluno freqüentasse as "classes regulares".

Sobre classes especiais, Karagiannis et al (1999) dizem que:

Em geral, os locais segregados são prejudiciais porque alienam os alunos. Os alunos com deficiência recebem, afinal, pouca educação útil para a vida real, e os alunos sem deficiência experimentam fundamentalmente uma educação que valoriza pouco a diversidade, a cooperação e o respeito por aqueles que são diferentes. Em contraste, o ensino inclusivo proporciona às pessoas com deficiência a oportunidade de adquirir habilidades para o trabalho e para a vida em comunidade. Os alunos com deficiência aprendem como atuar e interagir com seus pares no mundo "real". Igualmente importante, seus pares e também os professores aprendem como agir e interagir com eles (p.25).

Há alguns anos, se usava o termo integração para se referir ao movimento que aproximava os deficientes dos demais. Hoje, o uso corrente é inclusão. A diferença entre os termos é que na integração, as crianças é que se preparavam para estudar nas escolas regulares. Na inclusão, ao contrário, as escolas é que devem se preparar para receber as crianças, nas palavras de Masini (1999),

... integração refere-se a intervenções necessárias para a criança com necessidades especiais acompanhar a escola; o trabalho é feito individualmente com a criança e a escola fica fora do debate; inclusão é o oposto, tem um outro movimento, o de achar o currículo correto, inventar caminhos para incluir a criança. Está voltado para atendimento às necessidades da criança. Inclusão não é, pois, segundo Dens, uma invenção da escola, mas uma ideologia da sociedade ... (p.53).

Na verdade quando discutimos a inclusão estamos tratando de um processo contínuo, em aberto, que não acaba e nem se esgota. Nesse sentido, Vizim (2001), ressalta que gerar práticas inclusivas não é uma tarefa apenas metodológica, faz-se necessário um trabalho que atinja as mentalidades e, nesse sentido, amplie no âmbito social o significado de ser diferente e, portanto, a valorização da diferença no processo democrático.

Quanto aos benefícios da inclusão, eles são muitos e para todas as pessoas envolvidas com a escola, como os alunos, os professores e a sociedade em geral. Quando existem programas adequados, com profissionais comprometidos, e a colaboração da comunidade e da família, a inclusão é benéfica para todos. Cada aluno independente de suas dificuldades, é um ser único, singular. Fazer com que acompanhe um único processo educacional ao mesmo tempo é não só desrespeitar

essa singularidade como também basear o processo com vistas à homogeneidade, e à "normalidade".

Um dos principais pontos da educação inclusiva é o valor social da igualdade. Os alunos percebem que apesar da diversidade, todos somos iguais e portanto, temos direitos iguais. Dessa maneira, as diferenças são aceitas e respeitadas (Karagiannis et al, 1999).

Não há como negar que o caminho rumo a inclusão "genuína", é longo e difícil pois envolve uma reestruturação, de imediato, das escolas, das classes e da sociedade.

Genuína neste contexto, quer dizer que a inclusão de pessoas com necessidades especiais, começa na escola mas não deve se limitar a ela. O que se almeja é a inclusão total, ou seja, social, política, cultural. Afinal, segundo Mader (1997):

Inclusão é o termo que se encontrou para definir uma sociedade que considera todos os seus membros como cidadãos legítimos. Uma sociedade em que há inclusão é uma sociedade em que existe justiça social, em que cada membro tem seus direitos garantidos e em que sejam aceitas as diferenças entre as pessoas como algo normal (p.47).

A inclusão é um dos caminhos que levam a reestruturação e renovação das escolas. De acordo com Skrtic citado por Karagiannis et al (1999), a inclusão é mais que um modelo para a prestação de serviços de educação especial. É um novo paradigma de pensamento e de ação, no sentido de incluir todos os indivíduos em uma sociedade na qual a diversidade está se tornando mais norma do que exceção.

Sendo assim, Karagiannis et al (1999) continua:

Por isso, o desafio é estender a inclusão a um número maior de escolas e comunidades e, ao mesmo tempo, ter em mente que o principal propósito é facilitar e ajudar a aprendizagem e o ajustamento de todos os alunos, os cidadãos do futuro. Nossas escolas e comunidades tornar-se-ão tão boas quanto decidirmos torná-las (p.31).

1.2 O ALUNO E A INCLUSÃO

Conforme discutido anteriormente, a inclusão é benéfica para todos os alunos. Aquele que não têm deficiência aprende a ser sensível e a respeitar as pessoas. Os alunos ao conviverem juntos, terão a oportunidade de vivenciar a riqueza que a diferença representa e, com isso, fortalecer o sentimento de solidariedade.

A convivência com os colegas pode facilitar segundo Bishop et al (1999) as oportunidades para melhorar de forma significativa, a auto-estima do deficiente e ajudá-lo a conquistar o respeito dos colegas. Para os pais e professores, cabem criar situações onde o aluno com deficiência possa contribuir de maneira que sua limitação não se evidencie. Ao ser reconhecido pelo seu próprio valor, a medida em que os relacionamentos e amizades crescem, diminui a necessidade do deficiente de se sentir apoiado durante todo o tempo e os colegas começam a perceber as potencialidades e as habilidades inerentes a um e a outro (p.187).

Não se pode reduzir a inclusão escolar como sendo simplesmente a aproximação física das pessoas com necessidades educacionais especiais. Na verdadeira inclusão a pessoa deve se sentir bem-vinda, ser bem recebida. Ela precisa encontrar um ambiente acolhedor, de não rejeição, de aceitação e de respeito pelo grupo. Neste sentido, o desenvolvimento de amizades entre as crianças deficientes e as não deficientes é de fundamental importância para ambas, principalmente para as primeiras porque para elas, muitas vezes a escola é o principal e às vezes o único espaço de socialização. As amizades construídas ali podem se estender para além de seus muros, ajudando ao aluno a ter uma saudável convivência social.

Existe ainda, nesse processo um outro aspecto também importante, o acesso. Para que a escola seja de fato inclusiva, algumas facilidades especiais precisam fazer parte do ambiente escolar como rampas, espaços adequados, material didático, inovação tecnológica e pedagógica, meios audiovisuais, centros de recursos e apoio de professores especializados.

Como lembra Fierro (1995),

Para algumas crianças deficientes, as dificuldades de integração escolar são meramente física (...).É o caso de deficientes motores diante das barreiras arquitetônicas de muitos edifícios escolares. O obstáculo de sua escolarização integrada é, puramente, físico; o problema é extra-educacional (p.244).

Quando falamos em necessidades educacionais especiais, precisamos ter cuidado para não pensar que essas “necessidades” são as mesmas para todas as deficiências. Com muita propriedade, Carvalho (1999) nos mostra que:

... as necessidades educativas escolares de pessoas cegas, por exemplo, têm características próprias e diferenciadas das de alunos surdos ou dos que têm paralisia cerebral, ou daqueles portadores de deficiência mental, ou dos autistas ...Desconsiderar isso é desconsiderar a diversidade (p.41).

A principal mudança a ser efetuada na escola que se pretende inclusiva é com relação ao currículo. A elaboração dos currículos deve ser revista a fim de que ofereça oportunidades para que o processo de ensino-aprendizagem contemple a todos. Para se atender aqueles que não correspondem à expectativa da comunidade escolar, Carvalho (1999) ressalta que o que se busca e se incentiva atualmente, é a construção de currículos abertos, transformadores e com novas diretrizes.

A fim de que a inclusão seja vivenciada por todos é necessário também, como estratégia de ajuda, a formação de redes de apoio para os alunos que precisam de estímulo e assistência. Essas equipes, podem reunir-se para debater, trocar idéias e resolver problemas, sempre visando ajudar o aluno a ser bem-sucedido. Podem fazer parte da equipe os alunos, os diretores, os pais, os professores, os psicólogos, e demais profissionais.

O aluno deve passar o máximo de tempo na classe comum. Para Beaupré (1997) é necessário evitar que o aluno deficiente seja rejeitado ou simplesmente negligenciado por seus pares ditos “normais”.

A inclusão quando organizada e planejada, pode contribuir para derrubar as barreiras sociais do preconceito, porque o contato social permanente com pessoas diferentes, conduz a uma mudança de atitude em relação a elas.

Apesar de estar incluído na classe regular, o aluno com necessidades especiais precisa ter um programa específico, de acordo com as suas necessidades.

Para que possa demonstrar suas competências, é importante que o aluno integrado realize as mesmas atividades que os outros, sempre buscando atingir os objetivos específicos ao seu caso. É preciso falar de participação segundo o seu nível e de acordo com as suas habilidades. Isto obriga os interventores a elaborar um programa específico para o aluno, e a deixar de tentar adaptar o aluno ao programa preestabelecido para todos os alunos da classe (Beaupré, 1997, p.164).

1.3 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Diante da inclusão como novo paradigma educacional, uma questão nos parece crucial: a formação dos professores dentro dessa visão. Como nos diz Goffredo (1999):

... este novo momento passa a exigir dos professores outros conhecimentos além daqueles que receberam nos seus cursos de formação para o magistério. Da mesma forma, também os cursos de nível médio e superior de formação de professores necessitarão de grandes mudanças em sua estrutura curricular (p.68).

Reforça a autora que:

A partir do movimento de inclusão, o professor precisa ter capacidade de conviver com os diferentes, superando os preconceitos em relação às minorias. Tem de estar sempre preparado para adaptar-se às novas situações que surgirão no interior da sala de aula (p.68).

O professor, quer esteja trabalhando numa escola inclusiva ou não, deve estar sempre em permanente atualização. A formação inicial e a formação continuada, devem prepará-lo para o trabalho com a diversidade.

Segundo Goffredo (1999):

Assim, os cursos de formação de professores devem ter como finalidade, no que se refere aos futuros professores, a criação de uma consciência crítica sobre a realidade que eles vão trabalhar e o oferecimento de uma fundamentação teórica que lhes possibilite uma ação pedagógica eficaz (p.68)

Com a obrigatoriedade de que todas as crianças com necessidades especiais sejam matriculadas na rede pública de ensino, os professores, repentinamente, viram-se obrigados a receber em suas salas de aulas, alunos "especiais" sem que para isso, tenham sido adequadamente formados quanto aos suportes teórico, técnico e psicológico. Por não saberem como trabalhar com essas crianças, por medo do desconhecido, do diferente, ou até por preconceito, eles podem deste modo, impossibilitar que ocorra a inclusão em sua essência. É importante ressaltar que a adesão à inclusão depende também de uma disponibilidade interna, o que não é comum a todos os professores.

Num primeiro momento, ter em sua turma um aluno "especial", pode representar para o professor um grande problema. Esse panorama começa a mudar a partir do momento em que ele se sente desafiado a fazer alguma coisa por esse aluno. Ao repensar e questionar a sua própria prática, o professor reflete sobre suas ações, revendo atitudes, conceitos e mesmo pré-conceitos. Etimologicamente, preconceito quer dizer uma opinião adotada sem exame nem conhecimento prévio causando prejuízo. O aluno com necessidades especiais representa, normalmente para o professor, o desconhecido, o diferente, levando o mesmo a julgar e a formular seus próprios juízos de valor, antes mesmo de ter conhecimento sobre o assunto, o que acaba prejudicando o aluno.

Os preconceitos existem na escola não só em relação aos alunos com necessidades especiais mas também no tocante à classe social, raça, gênero. Incluir a todos significa contemplar a diversidade. Uma escola de qualidade para todos não tem espaço para o preconceito e segregações.

Neste modelo, é sabido que os professores precisam desenvolver novas habilidades e competências.

Perrenoud (1999) define competência como uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles. Uma competência é formada a partir da reunião de um conjunto de esquemas, que são adquiridos pela prática. Sob essa definição, propõe que devem ser competências do professor criar ou utilizar outros meios de ensino; adotar um planejamento flexível; improvisar, implementar e explicitar um novo contrato didático (Baumel e Castro, 2002, p.8).

Uma maior aproximação entre os professores “regulares” e os professores “especiais” seria interessante, para que eles trabalhassem em equipe, o que não deixa de ser mais uma competência a ser desenvolvida por todos. A esse respeito, Goffredo (1999) coloca que:

Vale ressaltar que o planejamento da ação educativa deve ser participativo, isto é, deve envolver os educadores da educação especial e da educação regular. O professor especializado deve participar de todas as ações, opinando e discutindo com o professor do ensino regular e participando de todo o planejamento em suas fases de elaboração, execução e avaliação. O professor deve, assim, ser parte integrante da equipe escolar (p.47).

Continuando:

Ele precisa ter, sempre, a oportunidade de socializar o seu saber específico junto aos outros profissionais da equipe, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino oferecido na escola e possibilitando o envolvimento desta equipe na busca de alternativas que minimizem as diferenças entre os alunos com deficiências e os demais. O professor de classe regular precisa entender o significado de uma escola inclusiva, a partir de seus conhecimentos anteriores como professor. Precisa entender, também, que seus alunos desenvolvem meios diferentes de aprendizagem e, por isso, às vezes utilizam caminhos que o próprio professor desconhece (Goffredo, 1999, p. 47).

A deficiência não pode ser um obstáculo, nem para a criança, nem para o professor. As dificuldades são barreiras que devem ser transpostas de uma forma criativa.

O desenvolvimento é único e quando se trata de uma criança com deficiência, ele pode ser alterado. No entanto, segundo Braga (1995) isso não

implica que o mesmo seja inferior ao de seus pares, mas que este ocorre através de outros caminhos.

Schaffner e Buswell (1999), comentam a respeito das habilidades a serem desenvolvidas pelos professores da escola inclusiva. Para eles além de uma forte crença no ensino inclusivo e no compromisso de fazê-lo acontecer, a espontaneidade, a flexibilidade e a coragem para assumir riscos, são qualidades fundamentais.

O trabalho em equipe pode configurar-se em redes de apoio. Os professores novatos na inclusão de alunos com necessidades especiais, em turmas de ensino regular, freqüentemente necessitam de tanto ou mais apoio quanto os próprios alunos.

Não faz sentido separar a educação em “regular” e “especial”. A educação é uma só e ela deve ser sempre especial pois, de alguma forma, todos os alunos são especiais. Essa dicotomização da educação em comum e especial, se reflete negativamente também no trabalho dos professores. Citando um trabalho anterior, Schaffner e Buswell (1999) destacam que:

Além de usar um repertório limitado de abordagens de ensino, os professores de educação regular têm sido levados a acreditar que eles não têm as habilidades ou a especialização para educar com êxito alunos com deficiência. Isso se deve ao fato de que a educação especial desenvolveu-se em um sistema educacional separado, voltado para a satisfação das necessidades de alunos cujas habilidades estão fora das definições tradicionais.

E prosseguem:

A existência de dois sistemas educacionais paralelos, um rotulado de “educação especial” e outro rotulado de “educação regular”, reforçou o mito de que os alunos com deficiência aprendem de maneira tão diferente que requerem métodos de ensino distintos daqueles usados para os estudantes regulares (p.82).

A inclusão é um processo que modifica a estrutura da escola. Mantoan (1997) diz isso de forma enfática:

A inclusão é, pois, um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão

escolar de pessoas deficientes toma-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico (p.120).

O professor não é o único responsável pelo processo de inclusão e aceitação do aluno com necessidades educacionais especiais. Afinal, para que ocorra a inclusão de fato, deve haver uma reestruturação em toda a escola. A inclusão como orientação educacional, envolve a escola na sua totalidade. Deste modo, é errôneo considerar que o professor da classe regular deva assumir sozinho toda a responsabilidade na adoção dessa orientação quando toda escola deve compartilhar do processo.

Muitas vezes, só quando o professor se vê envolvido numa situação de ter um aluno "especial" em sua sala de aula, é que ele percebe que precisa de ajuda, de informação e, mais do que isso, de formação. Na maioria dos cursos de graduação na área da Educação, não existe disciplina específica em Educação Especial e nem mesmo são trabalhados conteúdos nessa área.

Ao nosso ver, o tratamento das questões relativas ao ensino de deficientes, se incluído na formação geral dos educadores, eliminaria, em grande parte, os obstáculos que se interpõem entre a escola e as pessoas com deficiência, instaurando uma outra mentalidade e uma compreensão diferente da deficiência, inspiradas nos princípios de uma educação para todos (Mantoan, 1997, p.126).

Os professores não sentem-se preparados para trabalhar com alunos "especiais". A insegurança e o medo, são resultados de uma formação deficitária, que muitas vezes privilegia a teoria em detrimento da prática. De modo geral, os cursos de formação de professores, seja no nível médio, seja no nível de terceiro grau, segundo Glat e Müller (1999):

... ensinam a teoria, a didática, mas não compatibilizam estes conhecimentos com o exercício da teoria, ou seja, a prática. Em outras palavras, os currículos são, via de regra, distanciados da prática pedagógica, e não enfatizam a preparação do profissional da Educação no sentido de capacitá-lo para trabalhar com a diversidade encontrada no universo dos educandos (p.30).

Muitas vezes o professor sente-se "abandonado" em sua "missão" de educar seus alunos com necessidades especiais. Esse abandono é percebido

porque o professor não tem com quem trocar idéias, compartilhar informações. Nesse sentido, o papel do orientador escolar ou mesmo dos profissionais da equipe técnica (fonoaudiólogo, psicólogo e do profissional especializado em educação especial) revelam-se de fundamental importância. Esse suporte é essencial para o bom andamento do processo de ensino-aprendizagem.

O trabalho com pessoas com necessidades educacionais especiais pode, para muitos, ser encarado como sendo uma "missão". Missão aqui ganha uma conotação negativa pois muitas vezes leva a pensar que o professor para trabalhar com esses alunos deve ser dedicado, ter muita paciência, deve ser também "bonzinho" para defender os fracos e oprimidos como se fosse uma função "designada" por "Deus"

Não se pode negar que dedicação e paciência são atributos que todos os professores devem ter. Em se tratando de Educação Especial, essas qualidades normalmente adquirem um caráter assistencialista, piedoso, o que impede uma visão mais profissional, voltada para os conhecimentos teóricos e técnicos. Esses conhecimentos, devem direcionar a prática pedagógica no atendimento a esses alunos. É através de uma postura séria e competente que se dá o crescimento pessoal e profissional desses professores.

O professor que tem em sua turma alunos especiais, depara-se com um dilema: o que trabalhar com esses alunos, atividades da vida diária ou seguir o mesmo conteúdo programático do restante da turma? Essa questão acaba por tornar-se complexa pois envolve ainda outras, em relação ao currículo e ao próprio conceito de inclusão. Mais importante aqui, é o professor entender e respeitar as possibilidades acadêmicas de cada aluno levando-os a alcançar o máximo de suas potencialidades.

Ao considerar que todos têm necessidades especiais o papel do professor é ajudar os alunos a superá-las valorizando o que eles podem e são capazes de fazer. Não se trata de negar a deficiência, ela existe mas não pode se tornar um impedimento para o aprendizado.

Cabe ao professor acreditar que todas as crianças podem aprender. Elas aprendem mais quando os professores acreditam nessa possibilidade. Em relação as profecias autocumpridoras o papel do professor é fundamental, pois a

expectativa dos mesmos é um prognóstico preciso do desempenho de seus alunos. Se o professor profetiza que uma criança não vai ser bem-sucedida, isso pode acabar acontecendo porque o professor tende a trabalhar e a lidar com a criança (que julga incapaz de aprender) de forma a não permitir que ela aprenda ou ainda, que dificulte a aprendizagem.

Uma outra dificuldade que o professor enfrenta na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais é quanto ao número de alunos da classe regular. Turmas muito grandes com trinta, quarenta crianças, dificultam o trabalho de qualquer professor, especialmente se tiver entre eles, um aluno com deficiência.

Neste contexto, a relação professor-aluno, que é tão importante no processo de ensino-aprendizagem, pode ficar prejudicada. Para os alunos com algum tipo de deficiência, essa relação ganha uma importância ainda maior. É necessário portanto, que o professor aproprie-se de uma metodologia de trabalho que considere a diversidade. É nesse sentido que deve se dar a formação dos professores.

Uma escola de qualidade, só se faz com um professor capacitado. Urge que repensemos a formação desses professores com vistas a essa "qualidade" que tanto almejamos. Para Glat e Müller (1999), uma formação adequada é aquela que possibilita ao professor refletir e construir sua prática pedagógica e, se tornar efetivamente um agente de transformação social.

CAPÍTULO 2

FAMÍLIA E SOCIEDADE SOB O PRISMA DA INCLUSÃO

2.1 A FAMÍLIA E A CRIANÇA COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Se almejamos que a inclusão das pessoas com necessidades especiais aconteça de fato na sociedade, não podemos reduzi-la apenas à esfera escolar. Nesse sentido, segundo Roucek citado por Paiva (1998), a família tem

importância fundamental pois é o primeiro agente de socialização, com o qual a criança tem contato, sendo, por isso, o mais importante. Não é difícil perceber que a inclusão do deficiente depende da esfera familiar.

O nascimento de uma criança modifica toda a estrutura de uma família. Uma gravidez, na maioria das vezes, é cercada de muitas expectativas, de muitos planos. Os pais depositam naquele bebê que vai nascer, todas as suas ambições, seus desejos, seus sonhos e até suas frustrações. Para Sprovieri (1997), o nascimento de uma criança pode ser visto por seus familiares como um evento agradável, mas também pode ser vivido como uma experiência emocional estressante no caso do nascimento de uma criança especial.

A autora observa que:

O aparecimento do filho deficiente faz ruir todas as fantasias, estabelecendo uma relação afetiva totalmente diversa daquela que é habitual e provocando, muitas vezes, modificações permanentes no ambiente familiar. As famílias mostram de forma significativa as dificuldades em se relacionar e aceitar o elemento deficiente do grupo (Sprovieri, 1997, p.105).

Vários sentimentos são experimentados pelas famílias na época do nascimento do filho deficiente como a vergonha, a decepção, a frustração, o impedimento, a perplexidade (por que eu? por que comigo?). É bem verdade que ninguém está preparado para viver uma situação dessas embora, ainda hoje, algumas pessoas ainda acreditem que as crianças deficientes nascem nas famílias “predestinadas por Deus”.

A primeira dificuldade para a família, é admitir e aceitar que tem, entre seus membros, uma pessoa “diferente”, deficiente. O modo como se transmite a notícia, é de fundamental importância para a aceitação ou não da criança.

Num primeiro momento, por não saber como proceder diante desse fato inesperado, a família, pode sentir vergonha da criança deficiente e tentar escondê-la. Nesse momento os pais costumam perguntar: Onde estão as pessoas com necessidades especiais; quantas delas você viu nas ruas, no “shopping”, no ônibus? Certamente poucas ou nenhuma.

Para Nancy Miller (1995), as famílias de crianças com necessidades especiais, passam por quatro fases de adaptação em suas relações com seus filhos. A autora classificou-as como sobrevivência, busca, ajustamento e separação.

A primeira fase, é a chamada de “sobrevivência”. Apesar da frustração da “perda” do filho desejado, a força e o espírito de luta faz com que a família, em especial a mãe, continue sua vida. Sobreviver significa reagir, enfrentar e superar o problema.

A segunda fase é a da “busca” e caracteriza-se por ser de dois tipos: uma externa e outra interna. A busca externa consiste na procura por um diagnóstico real e por serviços de saúde. A busca interna consiste na procura por compreensão. As duas acontecem ao mesmo tempo e, de certa forma, uma ajuda a outra.

A terceira fase, é a de “ajustamento”. É o momento em que a busca externa deixa de ter tanto significado. Nesta fase a família, já está mais equilibrada, mudando suas atitudes em relação as buscas vivenciadas na fase anterior. As famílias agora, reconhecem que as mudanças levam tempo para acontecer e que fazem parte de todo um processo de vida.

A quarta fase é a “separação” e inclui tanto a separação física quanto a emocional. Cabe aos pais de crianças com deficiência a tarefa de iniciar, planejar, encontrar meios e determinar a separação. Esse processo pode gerar sentimentos já vivenciados e superados como a culpa, o luto, a perda.

As deficiências não são fenômenos dos nossos dias. Sempre existiram e existirão e, junto com elas os preconceitos e a resistência para a aceitação social dessas pessoas. Ao longo da história da Humanidade, os deficientes já foram vistos como insanos, indefesos, representantes do mal. Já foram perseguidos, sacrificados, evitados, isolados. As pessoas que nasciam com alguma deficiência, estavam “reparando” pecados cometidos contra Deus.

Hoje as explicações sobre a deficiência são outras, não cabendo mais visões “sensacionalistas”, baseadas no preconceito. Pensar sobre o tema historicamente, serve para entender a origem da discriminação social, que ainda persiste em nosso meio social e cultural.

Para que a criança deficiente seja aceita na escola e na sociedade, é preciso que ela também seja aceita pela família. Inconscientemente, a família cria mecanismos próprios de defesa e superproteção, reduzindo ainda mais as oportunidades da criança deficiente de se socializar. Nas palavras de Sprovieri (1997) essas atitudes acabam:

...interferindo no processo de aquisição de conhecimentos e aprendizagem. Nega-se à criança a possibilidade de fazer e aprender. Outras vezes, mantém-se uma atitude resignada frente ao filho deficiente, não conseguindo lidar objetivamente com o problema (p.106).

A família deve estar consciente de que é a principal responsável pelo desenvolvimento da criança. Os pais não devem ter vergonha de procurar ajuda e orientação pois, aprenderão a lidar com o filho(a), a acreditar em seu potencial de desenvolvimento e a procurar novos caminhos para alcançá-lo. Se a criança deficiente é aceita e amada no grupo familiar, maiores serão as suas oportunidades de desenvolvimento, e suas possibilidades de aprender, de descobrir, de se integrar.

Os pais não devem aceitar a falta de expectativas para seus filhos. Devem proteger-se contra profecias autocumpridoras, garantindo que os prognósticos permaneçam otimistas e elevados (Sommerstein e Wessels, 1999).

Segundo os autores acima, precisamos desenvolver o hábito de pensar que as realizações das crianças com deficiência, não importa em que nível forem, devem ser valorizadas, celebradas e homenageadas.

A família precisa acreditar que a criança com necessidades especiais, tem qualidades, que ela é capaz de freqüentar uma escola e deve portanto, lutar por isso.

A tarefa dos pais de crianças com deficiência para Sommerstein e Wessels (1999), é mostrar as potencialidades e os sucessos de seus filhos, para que as pessoas não precisem sentir pena deles.

Uma das formas de diminuir os preconceitos em torno dos filhos deficientes, é os pais poderem compartilhar as suas visões e suas informações a respeito do filho para as outras pessoas de forma útil, sem rótulos nem estigmas. Para os autores acima, o silêncio dos pais reforça as percepções negativas em torno das crianças com deficiência, contribuindo mesmo que de forma não-intencional para colocar barreiras à inclusão e à aceitação delas.

Quanto mais cedo as famílias reconhecerem e aceitarem que têm um filho deficiente, mais elas poderão ajuda-lo.

Sommerstein e Wessels (1999) destacam que:

Quando os pais tomam conhecimento da deficiência de seu filho, um negativismo desnecessário faz com que se sintam chocados e vulneráveis. Muitas vezes não são informados sobre o que devem fazer, aonde devem ir, com quem devem conversar e no que devem acreditar. Muito frequentemente são incapazes de fazer contato com o bom senso daqueles mais próximos deles, porque ainda não se sentem à vontade para transmitir essas informações sobre seu filho (...) (p.426).

Assim que a família estabiliza-se, passado o “susto” com a chegada desse novo ser “especial”, os pais devem procurar ajuda, no sentido de oferecer ao filho, desde os primeiros dias de vida, até três anos de idade, o que se chama de estimulação precoce. Esse programa é um conjunto dinâmico de atividades e recursos ambientais incentivadores, destinados a proporcionar à criança, nos seus primeiros anos de vida, experiências significativas para ajudá-la a alcançar um desenvolvimento pleno de seu potencial evolutivo (Paiva, 1998).

Os programas desenvolvidos na estimulação precoce, envolvem vários profissionais como o psicólogo, o fonoaudiólogo, o médico, o fisioterapeuta. Os familiares deverão receber informação correta e minuciosa sobre o caso, bem como orientação quanto aos procedimentos a serem adotados no processo de estimulação, pois há necessidade de uma perfeita harmonia entre os profissionais e a família, para o benefício da criança.

Fierro (1995), constata que a falta de uma educação precoce intencional e bem orientada acarretará, em geral, aprendizagens deficientes que, depois, precisarão ser corrigidas. O autor observa ainda que,

A meta geral da educação precoce é, sem dúvida, favorecer um desenvolvimento o mais normal possível. Esta meta pode ser especificada em objetivos mais concretos e mais ajustados às necessidades da criança deficiente na qual deve-se sobretudo, tentar estabelecer: habilidades e hábitos de autonomia pessoal, tais como o controle esfinteriano, o ato de vestir-se e despir-se, assear-se, comer sozinha, e cuidar de seus pertences.

As bases da interação pessoal e da comunicação, tanto verbal como não verbal, que lhe permitam uma socialização adequada e um conjunto de experiências sociais e pessoalmente significativas.

As bases das atividades cognitivas mais elementares, tais como prestar atenção aos estímulos relevantes, perceber constâncias e transformações, discriminar sensações e padrões de estímulo, captar séries simples, acompanhar um movimento, realizar gestos simbólicos. (Fierro, 1995, p.248).

A participação da família é fundamental no sentido de ajudar a criança com necessidades especiais a fazer amizades fora da escola. É importante que levem seus filhos aos parques e praças públicos, que chamem os “coleguinhas” para brincar na sua casa. A ajuda dos pais é uma colaboração ao trabalho desenvolvido na escola. É bom que os colegas vejam que, apesar de uma criança ter deficiências, ela é parte de uma família e tem uma vida que não é tão diferente das suas (Bishop et al, 1999).

Reforça também a autora que:

... Quando os pais de uma criança “normal” ficam conhecendo os interesses, o estilo de interação e as necessidades físicas ou comportamentais da criança com deficiência, ficam mais à vontade para apoiar o relacionamento de seus filhos com ela e para incluir a criança com deficiência em suas atividades familiares (p.189).

Na verdade a inclusão proporciona justamente que crianças com necessidades especiais convivam com crianças “normais”, o que não ocorreria em classes “especiais”.

2.2 A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA

Para que as escolas se tornem verdadeiramente espaços inclusivos, é necessário o envolvimento de alunos, professores e pais trabalhando em colaboração. Não se concebe mais um trabalho solitário. A escola é uma instituição social e como tal, deve responder aos anseios da sociedade.

Trata-se de fazer com que a escola e sua clientela possam interagir afirmando e respeitando suas diferenças ao invés de negá-las ou mitificá-las. Poderíamos dizer que ao impor sua fala – e não permitir a das famílias – a escola acaba por impedir sua clientela de constituir-se como sua real interlocutora. A própria escola produz, assim, sua ignorância a respeito de sua clientela. Desse modo, fica criado o afastamento (Pinto e Goldbach, 1990, p.29).

A participação da família ganha uma importância ainda maior, quando tratamos da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais, como podemos observar nas palavras de Blanco e Duk (1997).

A participação dos pais das crianças deficientes no processo educacional de seus filhos pode contribuir notavelmente para o seu adequado desenvolvimento. É fundamental que colaborem nas atividades da escola, que contribuam na avaliação e no planejamento do currículo, que apoiem determinadas aprendizagens em casa e que colaborem na observação dos progressos de seus filhos (p.193).

E continuam:

Comprometer os pais é o primeiro passo para a facilitação da integração da criança no meio familiar e para o desenvolvimento de um enfoque baseado na comunidade (...) A participação dos pais é especialmente importante na primeira infância, já que são os principais educadores de seus filhos nesta faixa etária (p.193).

Os pais não devem eximir-se de participação no processo de aprendizagem dos filhos, delegando apenas à escola essa responsabilidade. O que se deve buscar é um trabalho em parceria escola e família. Essa relação deve ser sempre em via de “mão-dupla”.

Miura (apud Miura e Profeta, 2000) afirma que os familiares são co-participantes na educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Ao iniciar a intervenção educacional, é essencial que as atitudes dos familiares sejam consistentes e semelhantes com o proposto na situação escolar.

Os estudantes passam a maior parte de suas vidas com os familiares. A educação não se dá só em locais formais de ensino por isso, a participação da família é de vital importância.

A escola distanciou-se um pouco da família em virtude das suas próprias práticas. A relação dialógica que deve haver entre a escola e as famílias perdeu suas forças. Elas são duas instituições sociais, que devem se unir em prol dos alunos/filhos e também, em benefício da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais.

Pinto e Goldbach (1990) nos dizem que:

A escuta do que os pais têm a dizer e a construção de um entendimento em relação a eles por parte da escola, só pode ocorrer a partir do momento em que esta abrir mão de um modelo de relação unilateral, e muitas vezes pretensioso, que estabelece em relação a eles (...) (p.129).

O que se busca com a inclusão é uma mudança de atitude, de postura em relação a pessoa com necessidades educacionais especiais. Tal mudança deve ser efetuada na família e na escola, e o reflexo será na sociedade. Sobre o tema, Santos (1999) assinala que:

É bem verdade que no Brasil essa aliança (família-escola) ainda não recebeu o reconhecimento que merece. Ainda vivemos um tempo em que a importância desse agente social chamado família está apenas começando a ser reconhecido. Exemplo disso são as práticas comuns que ainda se verificam, tanto no campo da saúde quanto no da educação quando os profissionais "chamam a família" para discutir a respeito dos portadores de deficiência, mas não com o intuito de juntos, decidirem estratégias de ação (p. 75).

Os pais não podem mais ser vistos como meros executores de tarefas orientados pelos profissionais, nem simples informantes dos progressos e dificuldades dos filhos. Eles devem ser participantes ativos no processo de educação dos filhos com necessidades especiais mas para isso, é preciso que a escola mude sua postura em relação às famílias. Discursos contemporâneos sobre "escola democrática" e gestão participativa, precisam se transformar em práticas cotidianas.

É importante que a escola oriente os pais a respeito de seus filhos de seus progressos, de suas dificuldades, de como agir em determinada situação. Miura e Profeta (2000) lembram que:

A orientação aos familiares de deficientes é um trabalho conjunto com a escola, no qual se busca refletir sobre as atitudes que podem

conduzir aos comportamentos inadequados ou adequados; demonstrar por meio do processo de ensino e aprendizagem o desenvolvimento do potencial do deficiente e produzir bons resultados com a prática pedagógica (p.177).

Os pais de crianças com necessidades especiais, vêm se organizando em associações para lutar pelos direitos de seus filhos. Nesses espaços, eles podem compartilhar suas preocupações, suas expectativas e juntos tomarem iniciativas que favoreçam a educação das crianças. Sem contar com o apoio psicológico que prestam uns aos outros, pois estão vivendo a mesma situação e buscando um mesmo ideal. Essas associações devem ter representatividade junto à comunidade escolar e ser a voz das famílias.

CAPÍTULO 3

A ESCOLA INCLUSIVA – UM CAMINHO A PERCORRER

3.1 A ESCOLA ANTES DA INCLUSÃO

Pensar a escola antes da inclusão é conceber a mesma precedida da Declaração de Salamanca (1994). Esse documento, que teve o Brasil como um dos participantes do encontro, colocou em evidência a educação para todos como um direito fundamental, cabendo às escolas comuns educar e acolher as crianças com necessidades educativas especiais, visando a construção de uma sociedade igualmente integradora.

Antes dessa Declaração ser elaborada e assumida como um compromisso político-social, cabiam às escolas especiais e por conseguinte às classes especiais, a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais. O objetivo dessas classes em um primeiro momento, era de atender as crianças com necessidades especiais, separadas das demais para dar-lhes mais atenção. Na prática contudo, isso não aconteceu. A principal crítica que se faz às classes especiais é pelo fato destas não considerarem a diversidade, tornando-se locais segregados de ensino onde “iguais convivem com iguais”.

Com o advento do paradigma educacional da integração à princípio e, depois da inclusão, as escolas especiais sofreram toda a sorte de críticas e por que não dizer que foram até mesmo de certa forma injustiçadas. É como se estas perdessem sua função e sua razão de existir.

Algumas crianças são seriamente comprometidas e necessitam realmente dessas escolas. Devemos pensar também nos adultos deficientes e nas deficiências que são adquiridas. A título de exemplo, o Instituto Benjamin Constant e o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), localizados na cidade do Rio de Janeiro, são escolas especiais de referência nacional, criadas por D. Pedro II na época do Império e desde aquele tempo, educam alunos deficientes e ensinam novos profissionais a trabalhar com eles.

As escolas especiais representaram uma conquista da sociedade, na medida em que atendem às pessoas que não conseguem usufruir dos processos regulares de ensino. Pode-se dizer que foi a primeira e mais importante iniciativa em termos de escolarização das pessoas deficientes.

As classes especiais, por outro lado, sempre foram consideradas à margem da escola e da educação regular. Para crianças diferentes, educação diferente esse era o lema. Em parte, a maior responsabilidade por esse tipo de pensamento e por essa marginalização das classes especiais, é a prática desenvolvida nesses espaços. A educação especial distanciou-se muito do currículo escolar, atendendo cada vez menos aos objetivos escolares, resumindo-se à atividades de socialização e atividades da vida diária. Sem dúvida, esses dois objetivos são de grande importância, mas não podem se caracterizar como sendo os únicos.

Durante muito tempo e ainda nos dias atuais, o trabalho nas classes especiais estava voltado para um modelo clínico de atendimento, cujo enfoque era na deficiência. A deficiência era vista como uma doença e a clientela das referidas classes, apresentava um problema a ser sanado, uma doença a ser curada. Historicamente, segundo Müller e Glat (1999), da educação dos deficientes,

... ocuparam-se mais os médicos e "especialistas" do que propriamente os professores. Ainda hoje, em muitas instituições, a

função da professora, não raramente, tem sido a de “auxiliar” esses profissionais “técnicos” na tarefa de promover um atendimento multidisciplinar aos portadores de deficiências... (p.16).

A deficiência acaba por tornar-se um impedimento para o aprendizado, desviando-se o foco da questão, de escolar/educacional para médica. A criança que não consegue aprender logo é rotulada como deficiente, ou diferente, portanto deve ir para a classe especial. Importante observar como a escola pode tornar-se produtora da pseudodeficiência. Agindo assim, a escola exime-se de responsabilidade pela não aprendizagem desse aluno, transferindo para o mesmo e para a sua “deficiência” a “culpa” pelo seu fracasso. Desse modo, as crianças são encaminhadas para as classes especiais “diagnosticadas” apenas pelo professor. Esse, por sua vez, baseia-se em observações, rótulos e explicações preconceituosas para fazer tal encaminhamento (Barreiros, 1999).

Não se pode negar que as deficiências existem realmente, faz parte de uma parcela da população em idade escolar contudo, percebe-se que a escola acaba por contribuir para a produção social da deficiência quando classifica, rotula e homogeniza o grupo de diferente colocando-os em um só lugar nas – classes especiais, buscando tratá-los de forma igual, negando suas diferenças e suas necessidades específicas.

A criação das classes especiais, que no Brasil alcançaram o auge a partir da década de sessenta, esteve imbuída de um caráter assistencialista, piedoso e visava reintegrar na sociedade as pessoas deficientes. Apesar do nobre propósito, o que observou-se foi a retirada dos “alunos-problema” das classes regulares confinando-os em uma classe especial onde não iriam mais “incomodar” a sociedade. A Educação Especial apropriou-se de tais práticas institucionalizando a deficiência segundo Marques (1997),

... através das escolas e classes especiais, contribuindo para que os portadores de deficiência sejam facilmente identificados e se mantenham afastados do convívio com as demais pessoas, quer na escola, quer na rua ou no trabalho. A criação e a manutenção dessa estrutura paralela tem como objetivo maior beneficiar mais a sociedade do que o próprio deficiente, uma vez que mantém a grande maioria deles afastada do processo de interação social (p.20).

A Educação Especial, sempre foi entendida como estando desvinculada do contexto escolar mais amplo. Essa visão tornou ainda maior o abismo que separa a Educação Especial da Educação regular e aumentou a segregação e o preconceito em relação ao alunado atendido por aquela modalidade. Na realidade, ela é parte integrante da educação escolar e visa atender a um maior número de educandos independente da raça, crença religiosa, habilidades e capacidades.

Pensando cronologicamente, percebe-se que os termos integração, inclusão, escola inclusiva, são relativamente novos. A partir daí, somos impulsionados a refletir até que ponto nossas escolas, nossa sociedade e até nós mesmos, estamos abertos para mudanças, para rever conceitos e atitudes, para enfrentar desafios e nos confrontarmos com os nossos próprios valores. Mudar é difícil e nossas escolas, apesar dos “novos tempos” de globalização, sempre estiveram muito voltadas para valores e atitudes conservadoras, pouco abertas às mudanças e muito fechadas em si mesmas. Mudar significa transformar e a inclusão nessa perspectiva, aparece como a grande transformadora das escolas. No entanto, tudo que é novo, causa receio e gera pré-conceitos.

Em outras palavras, não devemos pensar a inclusão como aquela que irá salvar nossas escolas, nem levantar bandeiras em prol da mesma de maneira apaixonada e festiva só para estarmos de posse do discurso “politicamente correto”. A inclusão é o que almejamos como uma forma de democratizar o acesso à escola. Mas deve-se ter em mente que o movimento da inclusão no Brasil é recente, e nossas escolas ainda não estão preparadas para isso assim como nossos professores também não estão. O fato de se adotar uma postura inclusiva indica o caminho certo porém, ainda há muito o que fazer.

Antes do conceito atual de inclusão, falava-se muito em normalização, integração, “Mainstreaming”, que não deixaram de ser os primeiros passos nesse campo. Por normalização entende-se uma série de ações que propiciariam ao indivíduo com necessidades especiais as mesmas oportunidades oferecidas aos indivíduos ditos normais. A normalização dentro das Políticas de Educação Especial respeitava as características de cada um. Não se trata de um termo muito adequado, pois leva a pensar que através dessas ações, o indivíduo especial tornaria-se normal. Em oposição as classes especiais e as práticas segregacionistas, surgiu o

conceito de integração que seria a aceitação das pessoas com necessidades especiais na escola mas sem maiores mudanças e envolvimento da mesma. Seria um movimento que apenas receberia essas pessoas especiais, que estariam na escola junto com as demais.

O conceito de "Mainstreaming" foi traduzido por integração e defendia que cada indivíduo deve ser educado no ambiente mais normal e menos restritivo possível. Mais importante que a evolução dos conceitos foi a evolução das atitudes que nos levaram à inclusão não só escolar, como também social.

3.2 LEGISLAÇÃO

O primeiro passo rumo à uma escola inclusiva, é que exista uma legislação clara que ampare uma política a este respeito e que assegure a adoção e manutenção de ofertas educacionais, a provisão de serviços e recursos necessários às pessoas deficientes. É necessário fazer algumas considerações a respeito das leis em vigor tendo como princípio que a inclusão, no atual contexto, é um direito de todos os cidadãos e não um privilégio de poucos.

Discutir a inclusão à luz da legislação implica em falar em direitos assegurados. Os movimentos internacionais pelos direitos humanos, desencadeados desde o início do século passado, têm propiciado de maneira crescente, uma vida mais favorável e valorizada para as pessoas com deficiência.

O direito à educação para todos os brasileiros foi estabelecido na Constituição de 1824, na época do Brasil Império.

Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, afirma o princípio da não-discriminação e proclama o direito de toda pessoa à educação.

Da década de quarenta até oitenta várias conquistas foram feitas no campo da legislação mas as mais significativas foram no Brasil, a Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/96) que estabelecem a educação como direito de todos, garantindo atendimento educacional especializado às pessoas com necessidades especiais.

Esses documentos sofreram as influências de outros, nos âmbitos internacionais e nacionais, envolvidos com a temática sobre a deficiência.

Em 1990, em Jomtien, Tailândia, foi aprovada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos que estabelecia o princípio de integração e a garantia de escolas para todos. Em consonância com esse documento, em 1994, na cidade de Salamanca, na Espanha, aconteceu a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais que resultou na Declaração de Salamanca, tão citada ao longo desse trabalho, cujos princípios norteadores são: o reconhecimento das diferenças, o atendimento às necessidades de cada um, a promoção da aprendizagem, o reconhecimento da importância da escola para todos e a formação dos professores.

Essa Declaração constitui-se num marco referencial à medida que reúne, em um só documento de representatividade internacional, várias implicações teóricas e práticas que o princípio de educação para todos traz aos países que o admitem como plataforma de base de suas políticas educacionais.

A Declaração de Salamanca deflagrou como um dos seus princípios básicos a questão da inclusão de todos os alunos na escola regular, constituindo-as em escolas inclusivas conforme expressa o trecho abaixo:

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter . As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos por meio de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade (...) Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva (...) (Unesco, 1994, p.61).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) apresenta algumas inovações. Pela primeira vez surge em uma LDB um capítulo (cap. V) destinado à Educação Especial. Essa lei representa o respaldo legal para a implementação de políticas que favoreçam a educação para alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino, preferencialmente (art. 58); a criação de serviços de apoio especializado para atender as peculiaridades da clientela de Educação Especial (art. 58, parágrafo 1º); a oferta de Educação Especial

durante a educação infantil (art. 58, parágrafo 3º); a especialização de professores (art. 59, III) e a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino como um compromisso do poder público (art. 60, parágrafo único).

Conforme estabelece a Constituição (1988) e a LDB (1996), a elaboração do Plano Nacional de Educação é uma incumbência da União em colaboração com os Estados, Distrito Federal e Municípios, assegurando a continuidade das políticas educacionais e ações articuladas entre os mesmos.

Para a educação das pessoas com necessidades especiais, o Plano estabelece vinte e oito metas, entre elas, o desenvolvimento de programas educacionais em todos os municípios, com parcerias com as áreas de saúde e de assistência social; atendimento preferencial na rede regular de ensino e educação continuada dos professores que estão em exercício à formação em instituição de ensino superior.

Para guiar a educação dos alunos com necessidades especiais, foi criado o Referencial Curricular para a Educação Infantil – Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Especiais (2001). Esse documento tem como objetivos principais redimensionar o atendimento especializado oferecido, mediante atualização de conceitos, princípios e estratégias; bem como orientar e apoiar o atendimento educacional em creche e pré-escola.

O papel do Estado é garantir o financiamento e a manutenção de um modelo de Educação Especial público e de qualidade cabendo aos, educadores, exercerem o papel que não é só pedagógico mas também político e social, no sentido de procurar desenvolver da melhor maneira possível esse modelo legitimado pelo Estado porém feito, construído e trabalhado pelas pessoas envolvidas com a Educação Especial.

Nessa perspectiva, Carvalho (1999) observa que,

A educação inclusiva, não se esgota na observância da lei, que a reconhece e garante, mas requer uma mudança de postura, de percepção e de concepção dos sistemas educacionais. As modificações necessárias devem abranger atitudes, perspectivas,

3.3 A ESCOLA DEPOIS DA INCLUSÃO

Ao se conceber a escola depois da inclusão, imediatamente se remete a uma escola sem barreiras, sem preconceitos, sem discriminações. Uma utopia? Talvez. É preferível acreditar que se trata de uma realidade em construção ou, como diz o título desse capítulo, um caminho a percorrer. O mesmo têm-se mostrado longo e árduo para as pessoas envolvidas com ele e nem podia ser diferente pois a inclusão é, antes de tudo, uma filosofia de vida, um compromisso político-social. A inclusão toca em pontos obscuros da nossa personalidade e nos faz refletir sobre a maneira como nós enxergamos o outro e a nós mesmos.

Uma questão que vem suscitando polêmica no âmbito das discussões sobre a inclusão é quanto a terminologia em relação às pessoas especiais ou que apresentam alguma deficiência. Segundo Carvalho (1999), de “excepcionais”, os alunos da Educação Especial passaram a ser denominados “portadores de deficiência”, “alunos com deficiência”, com “necessidades especiais”, ou “alunos com necessidades educacionais especiais”. A evolução dos termos demonstra um maior entendimento em relação ao assunto assim como expõe a nossa maneira de ver, a nossa percepção em relação a essas pessoas. Não parece ser muito adequado chamá-los de “portador” pois quem porta alguma coisa, pode desfazer-se dela assim que quiser e se considerarmos a deficiência, isso não seria possível.

Uma escola inclusiva é uma escola que modificou ou deverá modificar toda a sua estrutura para educar todos os seus alunos sem exceções. Por estrutura entende-se a maneira como a escola se organiza, suas estratégias de atendimento, seu currículo, seu projeto pedagógico. Se, ao contrário, as modificações forem superficiais não atingindo a essência, o âmago da escola, não estaremos praticando a inclusão, no máximo estaremos nos aproximando da integração.

Uma das principais características da escola inclusiva é o trabalho solidário. As escolas inclusivas são mais solidárias, as pessoas atuam mais próximas uma das outras. A inclusão só é bem sucedida se envolver todos da escola tornando-se assim verdadeiras comunidades unidas por um projeto – a inclusão,

onde todos os atores têm vez e voz: professores, alunos, administração. Na escola inclusiva o processo educativo é entendido como um processo social. Suas estratégias de ação tais como parceria com os pais e direcionamento para a comunidade, refletem essa postura.

Para que a inclusão se concretize de fato, é necessário o engajamento de toda a comunidade escolar e nesse sentido, o papel dos diretores de escolas ganha uma maior importância pelo fato destes exercerem a liderança, de serem aqueles que indicam os caminhos dentro da escola. Para tanto, antes de mais nada, é preciso que os diretores incorporem a filosofia da inclusão e não sejam meros executores de uma política pública, adotando a inclusão só porque a mesma é amparada pela lei. A inclusão precisa ser desejada por todos na escola e a postura de seus dirigentes em relação a ela, se refletirá no espaço escolar como um todo.

Cabe aos diretores orientar suas escolas num sentido inclusivo, procurando preparar sua equipe; buscando recursos e apoios externos bem como parcerias com as famílias; capacitar seu professorado e aceitar e entender as mudanças que a escola inclusiva promove em relação aos papéis e responsabilidades tradicionais dos professores e da equipe técnica da escola. A escola inclusiva é antes de tudo, uma escola democrática e esta postura começa pela direção. O diretor não deve concentrar todas as decisões em torno de si mas entender a descentralização como compartilhamento do poder em prol do ensino inclusivo.

As escolas inclusivas exigem que a liderança dos diretores seja repensada. Nessa perspectiva aparece o papel do diretor como facilitador do processo inclusivo e das mudanças que esta acarreta. Uma direção mais sensível às necessidades dos professores e de outros funcionários; mais aberta ao diálogo com sua comunidade, que facilite a cooperação e a colaboração entre os membros da escola é o que se espera dessa nova liderança e deve ter em mente, que esse comportamento influencia o modo como a equipe exerce suas funções.

Este ponto de vista expressa que a cultura dos sistemas escolares como um todo está adequadamente se movendo, segundo Sage (1999, p. 140)

- ... de uma ênfase na*
- *Centralização*
 - *Responsabilidade dos professores*
 - *Identificação da incompetência*
 - *Burocracia*
 - *Aplicação de pressão*
 - *Fuga à responsabilidade*

- Para uma ênfase na*
- *Descentralização*
 - *Direitos dos professores*
 - *Desenvolvimento da competência*
 - *Centralização na criança*
 - *Aplicação de recursos*
 - *Participação*

Diretores, professores, equipes técnicas, aluno, enfim toda a comunidade escolar encontram-se envolvidos num projeto maior da escola que deve considerar as necessidades de sua clientela. Tal projeto deve ter duas dimensões, uma política e a outra pedagógica. Política porque exprime uma visão de mundo, de valores, de sociedade, de educação, de aluno. Pedagógica porque nela está a possibilidade de tornar real a intenção da escola que tem como finalidade a educação inclusiva.

O projeto político pedagógico de uma escola inclusiva deve estar em consonância com a postura de seus membros perante a inclusão, assegurando que a prática não vai estar desvinculada da teoria. Esse projeto deve ser centrado no aluno e quando da sua elaboração pela comunidade escolar, algumas questões devem servir como eixos norteadores tais como quem é o aluno, quais são suas reais necessidades, o que se pode fazer para ajudá-lo a se tornar cidadão independente, responsável. Essas indagações nos levam a refletir sobre qual escola e qual sociedade queremos para os nossos alunos e para nós mesmos.

As respostas dessas questões anteriores estão intimamente ligadas à abordagem do currículo. Diante de uma proposta de escola inclusiva, discutir o currículo e suas implicações nos parece fundamental pois o mesmo corresponde a um dos principais fatores de mudança que devem ser efetuadas na escola que pretende ser inclusiva. Basicamente poderemos dizer que o currículo versa sobre o que, como e +-quando ensinar e avaliar. Deve considerar a diversidade dos alunos, respeitando seus ritmos de aprendizagem; ser flexível; aberto; passível de mudanças e adaptável as necessidades dos alunos.

Não basta apenas que os alunos com necessidades educacionais especiais frequentem as classes regulares. É preciso que eles se sintam valorizados,

respeitados. Para isso, devem ser envolvidos em uma aprendizagem ativa por meio de um currículo que contemple a todos respeitando as capacidades individuais.

O currículo pode constituir-se como um grande obstáculo à inclusão dos alunos com necessidades especiais na classe regular, especialmente quando ele impõe um padrão homogêneo a ser alcançado por todos os educandos, independentemente das condições particulares que apresentam. As adaptações curriculares podem realizar-se no nível individual através de um Programa Educacional Individualizado (PEI) que visa atender às necessidades dos alunos especiais, uma vez que o currículo geral não as contemplam como por exemplo, a variação de critérios e procedimentos para avaliar o aluno; a seleção de materiais e sua adaptação; o período para alcançar determinados objetivos; os recursos materiais adaptados.

As crianças matriculadas em turmas regulares devem ser atendidas sempre que necessário em aulas de reforço. Neste contexto, sala de recursos e professores itinerantes podem ajudar no processo de aprendizagem. Essas salas devem funcionar em horário diferente da classe regular. O objetivo é aprofundar os conhecimentos com a utilização de meios específicos, de acordo com as necessidades de cada um. O professor itinerante, por sua vez, prestaria assessoria às escolas regulares que têm alunos com necessidades especiais. Esse professor também pode ser o responsável pela produção de materiais pedagógicos que auxiliem esses e os demais alunos. As escolas especiais, nesse sentido, podem ser uma importante fonte de apoio para os alunos que mesmo atendidos nas escolas regulares necessitam de apoio especializado. As salas de recursos mais sofisticadas e o atendimento itinerante podem estar ali sediados.

Uma escola inclusiva deve considerar a importância de propiciar ao aluno um ambiente social estimulador, livre de segregação, que não reforce as suas limitações mas desafie o desenvolvimento e a aprendizagem de novas habilidades.

É necessário transformar as escolas em verdadeiras instituições de ensino, onde a proposta pedagógica considere que ensino e sociedade não são aspectos distintos e o que se almeja é uma sociedade para todos, inclusiva. Para tanto,

é justo que se comece pela escola essa construção social que entenda a deficiência não mais como uma doença, um mal, mas como uma condição humana.

CONCLUSÃO

Pesquisar a escola como um espaço inclusivo, possibilitou conhecer diferentes aspectos que envolvem o tema e os diversos contextos em que a inclusão se dá.

Define-se por inclusão o processo pelo qual as escolas e, conseqüentemente, as sociedades vêm passando no sentido de aceitar e incluir todas as pessoas que de uma maneira ou de outra, foram excluídas dos processos educacionais e sociais.

Na busca de uma seqüência lógica, procurou-se descrever e analisar a inclusão desde o conceito, os reflexos na família e na sociedade até chegar a análise da escola antes e depois da mesma, com destaque para a formação dos professores e as mudanças ocorridas na escola com o advento da proposta inclusiva.

Para que a inclusão seja bem-sucedida, não basta apenas que a criança com necessidades especiais seja inserida na classe regular. É preciso que haja um plano educacional relevante, que satisfaça as necessidades educacionais dela sem excluí-la daquele contexto de ensino.

O sucesso escolar do aluno "especial" depende tanto de condições pessoais como de condições escolares, ou seja, da interação do aluno com o ambiente, de material didático apropriado, de facilidades quanto ao acesso; de currículo adequado; de apoio especializado. Essas são algumas das mudanças que devem ser efetuadas nas escolas para facilitar o processo inclusivo.

À luz do que foi discutido, acredita-se que o professor é um dos atores fundamentais do processo educativo. Diante do novo modelo educacional da inclusão, forçosamente somos impulsionados a pensar como esses profissionais vão desempenhar seus papéis diante desse desafio.

A prática dos professores é um reflexo da formação que receberam onde a diversidade normalmente não é contemplada e tampouco são preparados para o pleno exercício da profissão. Os professores não se sentem, e realmente não estão na maioria das vezes, preparados para trabalhar com alunos especiais. Medo, preconceito, discriminação e insegurança fazem parte da rotina deles.

A valorização profissional, o reconhecimento por seu trabalho diário, o investimento na formação inicial e continuada, a revisão nos currículos dos cursos de formação de professores de modo que incluam conteúdos específicos de Educação Especial, resultariam numa melhor formação dos professores trazendo como consequência um trabalho mais qualificado e humano.

Certamente, a família ocupa um papel de destaque na educação dos filhos, principalmente por ser o primeiro agente de socialização com o qual a criança tem contato. Cabe também à família, o primeiro passo para que o indivíduo seja aceito como membro integrante de uma comunidade mais ampla. Os “problemas” de uma criança com necessidades especiais começam justamente nesse ponto: ser aceita e amada pelo seu próprio grupo familiar.

A inclusão da criança deficiente começa na família e se estende para a escola e para a sociedade. Em outras palavras, é necessário que família e escola trabalhem em parceria, num esforço conjunto em prol da integração de seu filho/aluno.

O conceito de inclusão é relativamente novo e a escola antes de adotá-lo como filosofia educacional, viu-se envolvida com a realidade das classes especiais que num primeiro momento tiveram a sua importância no sentido de oferecerem atendimento para as crianças com necessidades especiais. Posteriormente o que observou-se foi que as mesmas transformaram-se em locais segregados de “ensino”, sem compromisso com a escolarização dessas crianças onde não havia lugar para a individualização do ensino, só para preconceitos e discriminações.

Com a Declaração de Salamanca (1994) e outros documentos também importantes que favoreceram a inclusão de pessoas com necessidades especiais, o

quadro acima começa a se modificar. Esses documentos são verdadeiros marcos históricos que devem nortear a prática dos que trabalham com Educação Especial.

Sabe-se que a inclusão dá trabalho, e por envolver toda a escola, não é um processo rápido porém, deve-se questionar o que se quer. Se é uma escola que continue excluindo seus alunos, que discrimine os diferentes, que dificulte o acesso a todos, que reproduza os modelos sociais vigentes, que marginalizam as minorias e que formam cidadãos com valores deturpados, carregados de estigmas e preconceitos ou uma outra escola.

Para tornar a sociedade mais justa e humana, a escola inclusiva tem uma importância muito grande e para tanto, deve explicitar de forma clara a sua finalidade contribuindo para acabar com os mecanismos de exclusão existentes, garantindo ao indivíduo o direito à educação em uma escola de qualidade, que seja capaz de proporcionar a socialização dos saberes e garantir a todos o acesso ao conhecimento e aos valores sociais que possibilitem uma vida autônoma, crítica e responsável.

A idéia central deste trabalho, foi mostrar que a escola é, por excelência, um dos espaços por onde a inclusão vai nos levar a um mundo no qual todos têm acesso às oportunidades e fazem parte da sociedade de forma participativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- . BARREIROS, Vera Maria Savaget. A escola como produtora de pseudodeficiência. In Revista Integração, ano IX, nº 21, 1999, Brasília: MEC/SEESP, 1999.
- . BAUMEL, R.C.R.C; CASTRO, Adriano, M. de. Formação de Professores e a escola inclusiva – Questões atuais. In Revista Integração, ano XIV, nº 24, 2002, Brasília: MEC/SEESP, 2002.
- . BEAUPRÉ, Pauline. O desafio da integração escolar: ênfase na aprendizagem acadêmica. In A integração de pessoas com deficiências: contribuições para uma reflexão sobre o tema. Maria Teresa Eglér Mantoan (org). São Paulo: Memnon, 1997.
- . BISHOP, Kathryn, D. et al. Promovendo Amizades. In Inclusão: um guia para educadores. Susan Stainback e William Stainback; tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- . BLANCO, Rosa; DUK, Cynthia. A integração dos alunos com necessidades especiais na região da América Latina e Caribe: situação atual e perspectivas. In A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. Maria Teresa Eglér Mantoan (org). São Paulo: Memnon, 1997.
- . BRAGA, Lúcia Willadino. Cognição e paralisia cerebral: Piaget e Vygotsky em questão. Salvador: Sarah Letras, 1995.
- . BRASIL. MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- . CARVALHO, E.N.S. de. Adaptações Curriculares: Uma necessidade. In Salto para o Futuro. Educação Especial: tendências atuais. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

- . CARVALHO, Rosita, E. Integração e Inclusão: Do que estamos falando? In Salto para o Futuro. Educação Especial: tendências atuais. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.
- . CARVALHO, Rosita Edler. Removendo barreiras para a aprendizagem. In Salto para o Futuro. Educação Especial: tendências atuais. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.
- . GOFFREDO, V.L.F.S. Como formar professores para uma escola inclusiva? In Salto para o Futuro. Educação Especial: tendências atuais. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.
- . FIERRO, Alfredo. A escola perante o déficit intelectual. In Desenvolvimento Psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. César Coll (org); tradução Marcos Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. V. 3.
- . FOREST, Marsha; PEARPOINT, Jack. Inclusão: Um panorama maior. In A integração de pessoas com deficiências. Maria Teresa Eglér Mantoan (org). São Paulo: Memnon, 1997.
- . KARAGIANNIS, Anastasios; STAINBACK, William. Fundamentos do ensino inclusivo. In Inclusão: um guia para educadores. Susan Stainback e William Stainback; tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- . MADER, Gabriele. Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma. In A integração de pessoas com deficiências: contribuições para uma reflexão sobre o tema. Maria Teresa Eglér Mantoan (org). São Paulo: Memnon, 1997.
- . MANTOAN, M.T.E. Inclusão escolar de deficientes mentais: que formação para professores? In A integração de pessoas com deficiências: contribuições para uma

reflexão sobre o tema. Maria Teresa Eglér Mantoan (org). São Paulo: Memnon, 1997.

. MARQUES, Carlos Alberto. Integração: uma via de mão dupla na cultura e na sociedade. In A integração de pessoas com deficiências: contribuições para uma reflexão sobre o tema. Maria Teresa Eglér Mantoan (org). São Paulo: Memnon, 1997.

. MASINI, E.F.S. Quais as expectativas com relação à inclusão escolar do ponto de vista do educador? Temas sobre Desenvolvimento, V. 7, nº 42, p.52-4, São Paulo: Memnon, 1999.

. MILLER, Nancy B. Ninguém é perfeito. São Paulo: Papyrus, 1995.

. MIURA, Regina, K.K.; PROFETA, Mary da Silva. Fala professor: dificuldades e alternativas pedagógicas. In Educação Especial: temas atuais. Eduardo José Manzini (org). Marília: Unesp, Marília Publicações, 2000.

. MRECH, Leny Magalhães. O que é educação inclusiva? Mimeo. S/d.

. MÜLLER, Tânia Mara P.; GLAT, Rosana. Uma professora muito especial: Questões atuais em Educação Especial. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999. V. IV.

. PINTO, Adriana, N. L.; GOLDBACH, Alfredo. Escola-Família: iniciando um diálogo. In Psicologia Escolar: artigos e estudos. Marília Amorim (org). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1990.

. PAIVA, Márcia Cristina. B.R. A Inclusão da criança com Necessidades Especiais na Educação Infantil. Universidade do Rio de Janeiro – Uni Rio: 1998.

. SAGE, Daniel D. Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo. In Inclusão: um guia para educadores. Susan Stainback e William Stainback; tradução Magda Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

. SANTOS, Mônica Pereira dos. A família e o movimento pela inclusão. In Salto para o futuro: Educação Especial: tendências atuais. Secretaria de Educação a distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

. SCHAFFNER, C. Beth; BUSWELL, Barbara, E. Dez elementos críticos para a criação de comunidades de ensino inclusivo e eficaz. In Inclusão: um guia para educadores. Susan Stainback e William Stainback; tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

. SOMMERSTEIN, Lynne C.; WESSELS, Marilyn R. Conquistando e utilizando o apoio da família e da comunidade para o ensino inclusivo. In Inclusão: um guia para educadores. Susan Stainback e William, Stainback; tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

. SPROVIERI, Maria Helena. S. A integração da pessoa deficiente. In A integração de pessoas com deficiências: contribuições para uma reflexão sobre o tema. Maria Teresa Eglér Mantoan (org). São Paulo: Memnon, 1997.

. VIZIM, Marli. A linguagem: Elemento fundante na integração escolar da pessoa com deficiência mental. In Educação Especial: Múltiplas leituras e diferentes significados. Shirley Silva e Marli Vizim (org). Campinas, SP. Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil – ALB, 2001.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais. Brasília: CORDE, 1994.

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA
PROFESSORA: GUARACIRA GOUVÊA DE SOUSA

DISCIPLINA MONOGRAFIA II - 2003/1

Ficha de Registro de notas

Aluno: Marcela Ruiz Saldanha
Título da Monografia: A escola como espaço inclusivo

professor	nome	nota	assinatura
orientador	María Angela Monteiro Costa	10.0	<i>María Angela M. Costa</i>
leitor	Patricia Aparecida Ribeiro	10.0	<i>Patricia Ribeiro</i>
disciplina	Guaracira Gouvêa de Sousa	10,0	<i>Guaracira Gouvêa de Sousa</i>

Entregue em: 13/ Agosto / 2003

Assinatura prof/orientador: *María Angela M. Costa*

Assinatura prof/disciplina: *GS*